

FREDERICO I BARBAROSSA CONTRA MILÃO (1158-1162): UMA CAMPANHA VEVECIANA?

Vinicius Cesar Dreger de Araujo*

RESUMO

A partir da década de 1980 surgiu uma nova forma de analisar a guerra no período medieval, o chamado Paradigma Estratégico Veveciano (PEV), centrado na importância da logística e das fortificações. Os estudos pautados por este modelo de abordagem, entretanto, têm se concentrado nas realidades das guerras anglo-francesas. Assim, nosso artigo objetiva avaliar a utilidade do PEV na análise de uma campanha no contexto italo-germânico de Frederico I Barbarossa.

PALAVRAS-CHAVE: *Frederico I Barbarossa. Guerra medieval. Lombardia. Paradigma Estratégico Veveciano. Sacro Império Romano.*

É POSSÍVEL FALARMOS EM ESTRATÉGIA NA EUROPA MEDIEVAL?

Accipe nunc, Roma, pro auro Arabico Teutonicum ferrum. Haec est pecunia, quam tibi princeps tuus pro tua offert corona. Sic emitur a Francis imperium. Talia tibi a príncipe tuo redduntur commertia, talia [tibi] prestantur iuramenta.

(OTTO DE FREISING; RAHEWIN. *Gesta Friderici*, II. XXXII: 141)¹

* Professor do Centro Universitário Anhanguera. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Email: viniciusdreger@hotmail.com.

¹ “Tome agora, ó Roma, ferro teutônico ao invés de ouro arábico. Este é o preço que seu príncipe lhe oferece por sua coroa. Assim os Francos adquirem seu império. Estes são os presentes dados a ti por seu príncipe, estes são os votos jurados a ti”.

A leitura de obras clássicas sobre a guerra medieval, como as de Sir Charles Oman (**The Art of War in the Middle Ages: 378-1485 a.D.**) e Hans Delbrück (o terceiro volume do monumental **Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der Politischen Geschichte**), leva-nos a um par de observações interessantes. A primeira é a de que a Idade Média teve como uma de suas características mais importantes os conflitos constantes. A violência presente em seu cotidiano refletiu-se em todos os campos da atividade humana durante o período e sem dúvida foi um dos principais fatores que plasmaram esta civilização. A segunda é a revelação de que a essência do combate encontrava-se nas batalhas campais, envolvendo o choque entre duas massas de cavaleiros com lanças em riste.

Porém, a formação intelectual e as primeiras publicações de Sir Oman e de Delbrück desenvolveram-se entre o quarto final do século XIX e 1930, carregadas com as concepções bélicas do século XIX. Estamos falando de um legado particularmente ocidental, que enfatiza o papel do combate decisivo, da batalha definitiva travada até à morte e sem quartel, tal como aquelas em que se envolveram as *póleis* gregas ou as legiões romanas. Ou, recorrendo a exemplos mais próximos e queridos aos autores, as batalhas napoleônicas e as guerras bismarckianas, assim como os textos teóricos de Jomini e Clausewitz (que usaram as guerras napoleônicas como seus modelos e que, por sua vez, foram utilizados como guias para guerras posteriores, especialmente Clausewitz pelo exército prussiano) nos quais encontramos este apreço pela decisão em batalha,² entre exércitos móveis, manobráveis e disciplinados, chacinando-se no campo de batalha com perfeito senso tático: a mobilidade e a manobrabilidade dos cavaleiros (os de Murat e os de J.E.B. Stuart), a habilidade e a precisão de movimentos dos infantes (os de Soult e os de “Stonewall” Jackson) sob a coordenação entre as armas gerenciadas de modo brilhante por capazes comandantes (Napoleão Bonaparte e Robert E. Lee) centralizando o processo decisório no campo de batalha. Tais preceitos podem ser encontrados com facilidade na obra de Henri Delpesch, **La Tactique au XIIIème siècle**, de 1886.

Segundo Smail: “Esta parece ser a visão dos historiadores da guerra medieval em geral e dos historiadores das Cruzadas em particular: eles são historiadores das táticas e estas eles podem encontrar no campo de batalha”

² Não por acaso duas das batalhas consideradas perfeitas pelos teóricos da guerra foram travadas durante o século XIX: Austerlitz, em 1807, o ápice da maestria de Napoleão, e Chancellorsville, em 1863, durante a Guerra Civil norte-americana.

(SMAIL, 1997, p. 12). Eles consideram a batalha como o único ato importante na guerra ao ponto que acreditarem ser esta a solução que deva sempre ser adotada por um comandante em campo na primeira oportunidade possível. O problema é que líderes medievais veteranos combatentes e reconhecidamente competentes como Henrique II Plantageneta – que nunca travou sequer uma grande batalha em seu longo reinado (1154-1189) – não se adequavam plenamente a este padrão, envolvendo-se mais com assédios a fortificações do que com batalhas campais.

Em 1954, J. F. Verbruggen publicou seu trabalho mais importante: **De Krijgskunst in West-Europa in de Middleleeuwen, IXe tot begin XIVE Eeuw**, no qual iniciou uma renovação na historiografia militar medieval em relação às táticas e às críticas sobre as fontes para o melhor entendimento das batalhas. Mas ainda havia o predomínio da visão tática na guerra medieval.

Apenas em 1956 o já mencionado R. C. Smail publicou sua obra **Crusading Warfare 1097-1193**, e nela postulou que sim, era possível avaliar a existência de uma estratégia medieval e que esta poderia ser considerada em seus próprios termos. A partir deste momento houve um longo período de gestação e maturação que, essencialmente, frutificou na década de 1980 com os artigos seminais de Bernard S. Bachrach (“The Angevin Strategy of Castle Building in the Reign of Fulk Nerra, 987-1040”, de 1983) e John Gillingham (“Richard I and the Science of War in the Middle Ages”, de 1984, e “William the Bastard at War”, de 1989), os quais propuseram a teoria de que a estratégia medieval pode ser compreendida como essencialmente ligada aos preceitos fundamentais extraídos do *De Re Militari*, obra escrita por Flávio Vegécio Renato, entre fins do século IV e inícios do século V, voltada mais para a valorização dos assédios às fortificações e das ações de devastação nos campos do que às batalhas.

A partir de então, multiplicaram-se as obras influenciadas pela visão vegeciana da guerra medieval: em 1993 Bachrach publicou **Fulk Nerra, Neo-Roman Consul**. No ano seguinte, Jim Bradbury publicou **The Medieval Siege** e John France publicou o excelente **Victory in the East – A Military History of the First Crusade**, seguido em 1999 pelo **Western Warfare in the Age of the Crusades 1000-1300**. Em 1997 Stephen Morillo publicou **Warfare under the Anglo-Norman Kings 1066-1135**, e Randall Rogers publicou os resultados de sua tese em **Latin Siege Warfare in the Twelfth Century**. Em 2000 Maurice Keen organizou a coletânea **Medieval Warfare** e Clifford

Rogers publicou **Cruel and Sharp: English Strategy under Edward III, 1327-1360**. Todos estes autores concordaram (em maior ou menor grau) com o valor do que se poderia denominar como Paradigma Estratégico Vegeciano para definir a guerra no período medieval.

DE RE MILITARI E OS PRESSUPOSTOS DO PARADIGMA ESTRATÉGICO VEVECIANO

O *De Re Militari* foi um dos textos mais copiados na Idade Média, tendo sobrevivido ao período em nada menos do que 226 cópias em latim (das quais, não menos que vinte – oriundas dos séculos XI e XII – estão na Biblioteca Nacional de Paris) (BRADBURY, 1994, p. 4), além de incontáveis outras versões em línguas vernáculas. Ademais, foi frequentemente citado, parafraseado e plagiado em outros tratados, incluindo muitos dos pertencentes ao gênero conhecido como “espelhos dos príncipes”, destinados à educação e aconselhamento dos membros da alta aristocracia guerreira.

No longo histórico da presença e difusão da obra de Vegécio na literatura medieval, podemos citar algumas informações e argumentos principais:

- No século IX, o famoso erudito germânico, Rábano Mauro (arcebispo de Mainz e membro do círculo íntimo de Luís, o Germânico), produziu, possivelmente sob encomenda de Lotário II da Lotaríngia, uma versão resumida do texto de Vegécio.
- Na primeira metade do século XI emergem personagens históricos como o conde de Anjou, Fulk Nerra (987-1040), do qual Bernard S. Bachrach afirma: sua “estratégia e, de fato, também suas táticas, foram fornecidas pela ciência militar romana, muito provavelmente inspiradas em Vegécio, que ele modificou de acordo com suas necessidades” (BACHRACH, 1993, p. 11).
- Em meados do século XII, segundo a *Historia Gaufridi Ducis*, o conde de Anjou, Geoffrey V, o Belo (descendente de Fulk Nerra e pai de Henrique II Plantageneta da Inglaterra), quando do cerco ao castelo de Montreuil-Bellay, teria sido visto por um grupo de monges lendo o tratado de Vegécio, tendo prometido, ao mais velho destes, tomar o castelo com as técnicas que dali extraiu (BRADBURY, 1994, p. 86).

- o No século XIII, Jean de Meung (mais conhecido como o autor do *Roman de la Rose*), produziu uma *Traduction de Vegece* (Ms. 332 da Biblioteca Inguibertina de Carpentras, França) e o rei de Castela, Alfonso X, o Sábio, incorporou as lições vegecianas em sua grande obra, *Las Siete Partidas*. No século XIV o mesmo processo de incorporação pode ser detectado na elaboração do *Livre des Faits D'armes et de Chevalerie*, de Christine de Pisan (CONTAMINE, 1984, p. 210-211).

O *De Re Militari* de Vegécio constitui-se de cinco livros: o primeiro trata da seleção dos recrutas para o exército e sua instrução no uso das armas e se mostra essencialmente ligado a considerações voltadas ao passado (a reconstituição do valor combativo das legiões romanas) e influenciadas por autores dos períodos republicano e imperial inicial; o segundo considera a organização e o adestramento para o combate; o terceiro expõe seus estratagemas táticos e logísticos, a sua estratégia; o quarto lida com técnicas e máquinas de assédio e, finalmente, o quinto trata dos princípios da guerra naval.

Embora o quarto livro seja essencial para a compreensão da tática vegeciana (a guerra centrada na questão das fortificações), o livro terceiro do *De Re Militari* concentra o cerne do dito Paradigma Estratégico. Passemos então às principais máximas de Vegécio, extraídas deste livro, agrupadas tematicamente:

a) Logística e Abastecimento:

Também a dificuldade de abastecimento, que se deve evitar em qualquer expedição, logo debilita os exércitos mais consistentes. Ainda que se preparem com cuidado as provisões, estas se esgotam tanto mais rapidamente quanto mais numerosas sejam as bocas a alimentar. Enfim, as vezes a própria água mal basta para uma multidão excessiva (VEGÉCIO, 1995, III, p. 71).

O Exército, frequentemente, consome-se mais em virtude da carestia que da luta – e a fome é mais perniciosa que a espada (VEGÉCIO, 1995, III, p. 74).

Cumprе saber a quem o alimento mais falta ou sobeja, porque a fome, como se diz, combate por dentro e vence com frequência maior do que o ferro (VEGÉCIO, 1995, III, p. 91).

É prova de notável sagacidade forçar o inimigo antes pela fome do que pelas armas (VEGÉCIO, 1995, III, p. 122).

b) Evitar ao máximo a batalha campal:

Devendo nós com prudência, evitar semelhantes inconvenientes, assim também, se por inexperiência ou ingenuidade o inimigo nos oferecer a ocasião, cumpre não deixá-la passar, mas proceder a cuidadosas explorações, aliciando traidores e desertores adversários para saber o que o inimigo planeja de momento e para o futuro. Em seguida, acionando os cavaleiros, espicaçá-lo com ataques imprevistos enquanto marcha ou busca pastagens e provisões (VEGÉCIO, 1995, III, p. 85).

O conflito aberto termina num recontro de duas ou três horas, após o que se esvai por inteiro a esperança do partido sobrepujado. Portanto, devem ser ponderadas, tentadas e realizadas todas as ações possíveis antes que se chegue à resolução extrema do episódio (VEGÉCIO, 1995, III, p. 90).

Os bons comandantes preferem, não a batalha campal (onde o perigo aos contendores é comum), mas a batalha oculta, pois nesta, ficando ilesos, seus soldados podem exterminar o maior número possível de inimigos ou lançar o pânico em suas fileiras (VEGÉCIO, 1995, III, p. 91).

Convém decidir sobre a conveniência de apressar ou adiar o combate. Não raro, o inimigo anseia para que a expedição termine logo porque, caso se arraste, a carestia o esmagará ou será chamado a seu próprio país pelo desejo de seus soldados, ou então, nada tendo obtido de importante, se verá constringido a ir embora por desespero. Nessas circunstâncias muitos, premidos pela fadiga e pelo tédio, acabam desertando, traindo ou entregando-se, pois a fé é mais rara na adversidade e quando o rico começa a empobrecer.

Portanto, o comandante cauteloso, como o chefe experiente, morigerado e equilibrado, que se fosse chamado a julgar entre as partes num processo ordinário, com grande sabedoria avalie seu exército e o do inimigo, e, reconhecendo-se superior nos mais diversos aspectos, não deixe passar a ocasião que se lhe ofereça para combater. Ao contrário, se sabe que o inimigo é mais forte, não aceite a luta em campo aberto, pois, quando guiados por comandantes conspícuos, os inferiores em número e força frequentemente obtêm a vitória por meio de ataques e armadilhas de surpresa (VEGÉCIO, 1995, III, p. 93).

Mais vale abater o inimigo pela fome, com assaltos imprevistos ou com o terror do que em batalha, onde a fortuna sói prevalecer sobre a coragem (VEGÉCIO, 1995, III, p. 120).

Na guerra, a ocasião costuma ser mais vantajosa do que a valentia (VEGÉCIO, 1995, III, p. 120).

Às vezes, a posição é mais vantajosa do que o valor (VEGÉCIO, 1995, III, p. 120).

Os bons comandantes só travam batalha campal se a ocasião for boa ou inevitável (VEGÉCIO, 1995, III, p. 122).

E, finalmente, a sua definição sobre a condução efetiva da guerra:

Em todas as guerras e expedições, a conjuntura é tal que tudo quanto vos beneficia prejudica ao adversário – e tudo o que a ele aproveita, vos desfavorece. Por isso, não devemos nunca realizar ou simular qualquer ação por vontade dos adversários, mas só empreender o que considerarmos útil a nós próprios (VEGÉCIO, 1995, III, p. 120).

Podemos depreender que os padrões do paradigma estratégico vegeciano estão largamente baseados nas limitações impostas aos comandantes medievais pelos recursos materiais, tecnologia de transporte e fatores geográficos, ou seja, considerações essencialmente logísticas. As condições que governaram a estratégia vegeciana derivam do mundo natural e da interação do homem com a natureza, refletindo a produtividade limitada da agricultura tradicional e os padrões sazonais tanto da agricultura quanto da disponibilidade de forragem para os cavalos.

Vegécio aconselha os comandantes a viver o máximo possível dos suprimentos proporcionados pela terra inimiga. Campanhas ofensivas devem buscar suprir-se através de ações de forrageamento e pilhagem no interior do território inimigo, atividades que não apenas supririam suas próprias forças, mas negariam ao oponente os seus próprios recursos e a possibilidade de movimentação em seu próprio território. Caso realizada de forma suficientemente ampla e constante, a devastação solaparia diretamente a capacidade econômica do inimigo de sustentar uma resistência continuada e ameaçaria a coerência política do território invadido ao expor a inabilidade de seus líderes para proteger suas partes constituintes. Ou seja, campanhas ofensivas logísticas.

Em termos defensivos, as respostas de Vegécio podem ser indiretas ou diretas. Indiretamente, uma alternativa seria lançar seu próprio ataque ao território dos incursores, esperando atraí-los para recuar e defender suas próprias terras. Respostas diretas incluíam acompanhar a força invasora

próximo o bastante para prevenir as atividades de forrageamento: com poucos suprimentos e frustrados pela falta de butim advindos de pilhagens, os invasores, esperava-se, recuariam. Contudo, em última instância, a estratégia vegeciana assumia a centralidade do papel das fortificações na defesa do território. Mesmo que os invasores pilhassem seu caminho através de parte das terras invadidas, se os defensores mantivessem o controle sobre suas fortificações, manteriam o controle sobre suas terras e população, podendo prosseguir com a guerra. Portanto, a segunda maior atividade em que os atacantes teriam que se engajar era o assédio às fortificações e isto novamente se desenvolvia como um combate logístico, no qual a grande questão era: poderia o exército assediante manter-se suprido por mais tempo do que a fortificação assediada?

Considerando a presença de uma fortificação essencial aos defensores, um assediante determinado e bem-suprido e um exército em missão de resgate à fortificação assediada, temos os elementos cuja combinação poderia resultar em uma batalha. Mas a característica final da estratégia vegeciana (justamente a que recebeu o opróbrio dos teóricos baseados em Clausewitz) é o uso algo limitado da batalha como recurso no fazer a guerra. A batalha, nos contextos assumidos pela estratégia vegeciana, era quase sempre um caminho indireto para atingir fins alcançáveis de formas mais diretas através da pilhagem e dos assédios. Ademais, era uma opção mais arriscada: a inconstância da sorte poderia roubar, de uma força superior, em um dia tudo o que havia sido obtido com enormes esforços durante as semanas ou mesmo meses anteriores. Embora uma força atacante, especialmente, pudesse buscar a batalha por razões estratégicas, tal ação deveria ser constrangida por considerações topográficas, de forças relativas e assim por diante.

As batalhas, argumenta Gillingham, eram raras porque arriscadas e porque, em uma época na qual a paisagem era dominada por um grande número de castelos, cidades fortificadas e outras fortificações menores, além do fato de que o balanço entre ataque e defesa pendia claramente para a última, os benefícios a ser colhidos em uma vitória no campo de batalha eram usualmente limitados: o vitorioso no engajamento só conseguia usufruir de sua vitória lentamente e com grandes custos – e apenas se ele conseguisse manter seu exército por tempo suficiente em face às praticamente inevitáveis dificuldades financeiras e logísticas colocadas por um curso de conquista sistemática, a despeito da ausência de grandes forças mobilizadas.

Do ponto de vista do atacante, se as fortificações dos defensores ainda estiverem aptas a oferecer uma resistência prolongada, concedendo ao defensor tempo suficiente para se reorganizar e recrutar tropas frescas, então ele pouco teria alcançado. No ponto de vista dos defensores, se eles puderem forçar o inimigo a se retirar sem batalha, então teriam alcançado seus objetivos com riscos relativamente pequenos (GILLINGHAM, 1984, p. 199).

Ademais, a batalha não apenas era pouco vantajosa e excessivamente arriscada, mas também desnecessária. Uma ferramenta melhor estava disponível ao comandante medieval para compelir o inimigo a fazer sua vontade: a cavalgada ou *chevauchée* (também chamada de *razia*). A ideia nela envolvida era, basicamente, enquanto evitava a batalha, cavalgar pelas terras do inimigo sem aviso – ou melhor ainda, após ter enganado ao inimigo, fazendo-o esperar o ataque em outro lugar – e devastá-las, queimando celeiros, casas e cidades, demolindo moinhos, destruindo barris de vinho e, basicamente, roubando tudo que não estivesse preso ao lugar.

Porém, ao retomarmos a observação inicial de Oman e Delbrück acerca da grande quantidade de batalhas no período medieval e as análises de Gillingham acerca de sua raridade, encontramos um descompasso possivelmente fatal para a tese vegeciana. Contudo, John France aponta-nos a possível solução a este paradoxo:

Disse-se com frequência que as batalhas foram relativamente raras na guerra medieval. Esta declaração necessita de algumas modificações: nós descontamos muitos incidentes devido ao fato de que, por nossos padrões, eles parecem ser menores e nossas fontes tendem a enfatizar os grandes eventos. Mas isto é a guerra medieval vista através de um espelho distorcido e devemos estar cientes disso. A experiência efetiva da batalha, do combate corpo-a-corpo em pequenas unidades, deve ter sido comum entre os portadores de armas da sociedade medieval (FRANCE, 1999, p. 150).

Ou seja, tudo depende de como o historiador decide classificar os eventos que analisa, reforçando ou atenuando as fronteiras entre categorias como batalha campal, escaramuça e cavalgada, além do fato lembrado por France, de que as fontes possuem seus próprios problemas como, por exemplo, o fato de que a maior parte dos autores medievais serem clérigos, homens pouco afeitos aos usos militares e assim pouco precisos em sua caracterização dos acontecimentos.

O debate centrado no papel da batalha na estratégia vegeciana é intenso e a argumentação de seus defensores e detratores revela grande riqueza de detalhes, a respeito dos quais recomendamos a leitura do debate teórico-metodológico desenvolvido nos artigos de Stephen Morillo e Clifford Rogers no volume I do *The Journal of Medieval Military History* (2002).

Por outro lado, enquanto uma bem-conduzida defesa vegeciana poderia oferecer uma considerável probabilidade de vitória na guerra, era certo que esta seria onerosa. Executar a estratégia vegeciana era caro em vários sentidos. Ela requeria que o defensor abrisse mão de muito território – as terras fora dos muros dos castelos e cidades – para a devastação conduzida pelo inimigo, já que sem conceder batalha, só se pode limitar, mas não impedir as destruições causadas pelas cavalgadas inimigas. De fato, a plena implementação de uma estratégia defensiva vegeciana envolvia a aceitação de uma ação de “terra arrasada”. E esta escolha implicava em um outro custo, o da vergonha pela perda de honra: “honra e reputação eram recursos extremamente importantes para a condução da diplomacia e da política interna e não podiam ser sacrificadas desnecessariamente” (MORILLO, 2002, p. 36).

É interessante notarmos que a questão da honra e da reputação também servia para a justificação da guerra. O trecho a seguir foi registrado por Rahewin na *Gesta Friderici*, sendo uma peroração do imperador às tropas germânicas e italianas reunidas em Bréscia, datada de forma incerta, entre logo após a derrota da mesma e pouco antes do início do assédio a Milão (07 de agosto de 1158):

Nós reconhecemos que devemos graças inexprimivelmente imensas ao Rei dos Reis, por Cujá vontade governamos o reino como Seu servo e de vós. Ele outorgou-nos tamanha confiança em sua probidade e sua prudência [dos príncipes] tantas vezes demonstradas que, com seu apoio e conselho podemos encarar confiantemente qualquer coisa que possa ameaçar a segurança do Império Romano. Império Romano, nós dizemos, cujo servo nós reconhecemos ser, e cuja autoridade está convosco, os príncipes do reino.

Não deixem que alguém suponha que travamos guerras por capricho; guerras cujo resultado é duvidoso e cujas consequências – fome, sede, perda de sono e enfim, a morte em várias formas – nós sabemos ser terríveis e temíveis. Não é a volúpia pelo domínio que nos leva à batalha mas sim uma feroz rebelião. É Milão que vos convoca de seus lares ancestrais, que os arrebatou dos amados abraços de suas esposas e filhos, que traz todas estas durezas sobre vossas cabeças com sua impiedade e desafio. Ela deu-nos causa justa para a guerra, já que se revelou como

rebelde contra a autoridade legítima. Vós não entrareis em guerra com cobiça ou crueldade, mas ávidos pela paz, para que a insolência dos perversos seja contida e que os bons sejam adequadamente recompensados.

Mas se por preguiça ou covardia nós não respondermos com a espada vingadora ao insulto que nos foi infligido por Milão, indubitavelmente a estaremos brandindo em vão e nossa paciência na questão não será tão merecedora de louvor quanto nossa negligência o será de execração. É, portanto, em serviço da justiça que justamente reivindicamos vosso apoio, para que o desafio de nossos adversários venha a fracassar e que a honra do império, que perdurou até nossos dias, possa ser mantida em nosso reinado. Não estamos infligindo injúrias, mas removendo-as. E desde que a guerra é justa, e travada ao comando de um poder maior, que todos ajam para assegurarem-se dos maiores elogios da cavalaria, e da recompensa por seus méritos e esforços; sejam obedientes às necessidades [da república] e façam com toda a vossa força o que quer que lhes seja ordenado para sua vantagem [da república]. Com a graciosa ajuda de Deus, a cidade hostil não nos encontrará morosos ou fracos na preservação do que foi adido ao império por nossos predecessores Carlos e Otto – os primeiros imperadores de além das montanhas a estender as fronteiras do império (FREISING; RAHEWIN, 2004, p. 205-206).

Este discurso articula uma série de elementos legitimadores para o conflito entre o imperador Frederico I e Milão, entre eles:

- A doutrina da Guerra Justa (que, embora não abordada por Vegécio, possui raízes romano-cristãs), segundo a qual um conflito só seria justo, portanto legítimo, caso atendesse aos seguintes pré-requisitos: ter sido declarado por uma autoridade legítima (e, neste discurso, o imperador afirma claramente quais eram as bases de sua legitimidade perante os príncipes do império), envolver uma causa justa (normalmente com um caráter de desagravo, no caso contra a rebelião de Milão) e ser conduzida com a intenção correta (aqui explicitamente punir os perversos e recompensar os bons, ou seja, em prol da justiça).
- O *Honor imperii* que, devido à estrutura política de caráter semicolegiado do Império, não era atributo apenas do Imperador, mas também dos príncipes (“Império Romano, nós dizemos, cujo servo nós reconhecemos ser, e cuja autoridade está convosco, os príncipes do reino”). Assim, o agravo milanês à honra imperial era um ataque à honra de todos os príncipes, tornando seu desagravo um dever de todos.

- Os valores cavaleirescos, introduzidos na Germânia Imperial justamente na segunda metade do século XII (coincidindo com o reinado de Frederico I), que impeliam os cavaleiros ao combate, em busca do reconhecimento de sua *Manheit* (valor equivalente à *Prouesse* francesa).

O conceito da Guerra Justa vai de encontro à estratégia vegeciana, em particular no que se refere à prudência: uma guerra justa não é “travada por capricho”, ela é prudente, posto que fatores importantes como o valor das vidas em risco são considerados, combinando-se em um dos pontos mais polêmicos da doutrina da Guerra Justa, o da sua intencionalidade.

ESTUDO DE CASO: A SEGUNDA CAMPANHA ITALIANA DE FREDERICO I BARBAROSSA (1158-62)

Trataremos agora de analisar através do prisma vegeciano a segunda campanha do imperador Frederico I Barbarossa no norte da Itália, especificamente contra Milão entre 1158 e 1162.

Panorama da situação

Frederico Barbarossa adotou como objetivo para seu reinado a *Renovatio Imperii Romani* e isso, necessariamente, passava pela retomada da autoridade imperial sobre a Itália centro-setentrional, perdida a partir do século XI como um subproduto das guerras causadas pela Contenda das Investiduras e dos desenvolvimentos sociais que ocorriam nas cidades lombardas.

Após 1125 a monarquia germânica estava consideravelmente enfraquecida e seus monarcas precisavam reconstruir as bases teóricas e as estruturas de sustentação de poder da monarquia que justificassem seu governo sobre a Germânia e a Itália, desde que a Reforma Papal e a Contenda das Investiduras haviam desafiado efetivamente as antigas fundações ideológicas da realeza e do Império. Ademais, os reis germânicos do século XII tinham que enfrentar uma formidável constelação de ameaças potenciais a seu poder: os príncipes imperiais na Germânia, as comunas lombardas, o papado com suas iniciativas diplomáticas e demandas hierocráticas, o reino normando da Sicília e as pretensões rivais dos imperadores bizantinos. Em graus variados e por diferentes meios, o programa de uma *renovatio imperii Romani* constituía uma resposta a cada um destes perigos.

Próximo a Bolonha em maio de 1155, na rota para a sua coroação imperial em Roma, Frederico encontrou-se com os principais professores de Direito Romano – os “quatro doutores”: Bulgarus, Hugo, Jacob e Martinho. Ali, ao forjar laços próximos aos principais representantes da nova jurisprudência, Frederico começou a cumprir a promessa feita em sua ascensão, de governar de acordo com o Direito Romano, assim como com o costume germânico.

Estas expressões de uma *renovatio imperii* poderiam ser descartadas como essencialmente teóricas, removidas da realidade do poder. Mas em novembro de 1158, quando a corte imperial se encontrava em Roncaglia, próximo ao rio Pó, a *renovatio imperii* fundiu-se às preocupações políticas mais urgentes de Frederico I, já que ele buscava a reconstrução das prerrogativas reais no *regnum Italicum*. A Itália estava no centro da política de Frederico. Se ele conseguisse controlar as ricas cidades da planície lombarda, poderia aceitar tranquilamente suas limitações políticas na Germânia ao norte e não precisaria temer o papado ou os normandos ao sul.

Correspondentemente, tirando o exército e a *entourage* que o acompanhavam, ele convocou apenas italianos para a assembléia de Roncaglia. Nela, um dia foi dedicado a discursos: o primeiro por Frederico e o último pelo arcebispo Huberto de Milão – ambos ressoando com citações e ecos do Direito Romano. Falando por todos, o arcebispo disse ao Barbarossa: “Saiba que toda a autoridade do povo para estabelecer leis lhe foi confiada” e antes de citar longamente a *lex Regia*, ele resumiu sua doutrina em uma única sentença: “Sua vontade é a Lei” (*tua voluntas ius est*: FREISING; RAHEWIN, 2004, p. 237). Outros textos da época, também influenciados pelo Direito Romano, também exaltavam a prerrogativa do Barbarossa. Dedicando sua *Chronica* a Frederico em 1157, Otto de Freising declarou: “Já que estão acima das leis apenas os reis [...] não estão constrangidos pelas leis deste mundo” (FREISING; RAHEWIN, 2004, p. 87-88). Esta visão pressupunha outra declaração do *Corpus* justiniano, igualmente famosa: *Princeps legibus solutus est* (*Digesto*. 1.3. 31). De acordo com Godfrey de Viterbo na década de 1180, em Roncaglia os quatro doutores disseram a Frederico: “Como direito vivo, podes conceder, revogar e estabelecer leis [...]. Como lei animada, podes fazer o que quiserdes”. Embora a idéia do imperador como *lex viva* ou *lex animata* tenha se originado no mundo helenístico, os professores bolonheses devem tê-la retirado das *Novelas* de Justiniano.

Em seu discurso, Frederico prometeu “governo legítimo” (*legitimum imperium*) e isto envolvia a recuperação dos direitos régios que as cidades italianas setentrionais haviam usurpado durante o século precedente, isto é, a recuperação das *regalia* “que por longo tempo, haviam sido perdidas pelo Império, seja pela audácia de usurpadores, seja pela negligência real”. Embora a *lex Regia* pudesse autorizar Frederico a legislar sobre as *regalia*, ele preferiu um procedimento tipicamente germânico: estabelecer e restaurar a antiga lei. Para determinar o direito válido e registrá-lo por escrito, o imperador apontou uma comissão de jurisprudência: os quatro doutores de Bolonha, que por sua vez convocaram vinte e oito juízes, representando catorze cidades, a juntarem-se a eles. Esta comissão juramentada de trinta e dois membros descobriu para o imperador que muitas cidades precisavam devolver os direitos de *regalia* que não podiam ser confirmados por concessão régia ou imperial.

Ao cumprir suas instruções, a comissão preparou quatro decretos sobre as *regalia*. Identificados por suas palavras de abertura, os quatro decretos eram:

- *Regalia Sunt*: enumerava os direitos específicos. A lista não foi considerada completa, nem plena e igualmente aplicável para todas as cidades, sendo mais uma moldura jurídica do que uma lei geralmente válida para todo o reino da Itália.

Rahewin assim resume as *regalia*:

Quando perguntados o que estes direitos incluíam, eles designaram-lhe ducados, marcas, condados, consulados, cunhagens, pedágios nos mercados, taxas de forragem (*fodrum*), pedágios sobre carroças, pedágios nos portões, pedágios de trânsito, moendas, criadouros de peixes, pontes, todo o uso de água corrente e o pagamento de uma taxa anual, não apenas sobre a terra, mas também sobre suas pessoas (FREISING; RAHEWIN, 2004, p. 238).

- *Omnis*: “toda jurisdição pertence ao Imperador”. Todos os juízes precisam receber o direito de exercer seus cargos (*administratio*) do imperador, e todos devem prestar seu juramento a ele, como prescrito pela lei. Com a menção a “juízes”, poder-se-ia recordar que os medievos consideravam a governança em si essencialmente em termos de autoridade judicial.

- *Palacia*: “o Imperador deve ter palácios e fortalezas em qualquer local que escolher”.

o *Tributum*: não era, estritamente falando, uma lei, já que não continha determinações prescritivas. Ao invés, era uma pesquisa histórica do antigo sistema tributário romano como espelhado no *Corpus* justiniano: “Impostos eram pagos *per capita* e pagos sobre a posse de terra [...]”. Embora o *tributum* não pudesse ter efeito sem cláusulas ativas, ele indubitavelmente sugeria que a taxaço pertencia às prerrogativas de Frederico na Itália para quando ele quisesse exercer este direito.

Entre as demandas políticas feitas em Roncaglia, a mais importante consistia em um amplo princípio: toda a jurisprudência emana do imperador. De acordo com o *Regalia sunt*, Frederico detinha o poder de nomear magistrados para a realização da justiça. Ao enfatizar a autoridade direta do governante sobre oficiais urbanos, esta provisão refletia não apenas o antigo Direito Romano mas também o pensamento “romanístico” contemporâneo.

Mas no século XII, termos como “juiz” e “magistrado” eram, com frequência, aplicados indiscriminadamente a todos os portadores de autoridade pública. Por conseguinte os grandes magnatas feudais não eram considerados isentos dos decretos, já que Barbarossa também exigia a livre disposição de “ducados, margraviatos e condados”, assim como dos “consulados urbanos”, fazendo com que o Direito Romano também embasasse a sua já mencionada reestruturação do poder regional na Germânia. Ou, como os quatro doutores disseram a Frederico: “Convosco como juiz, duques erguem-se e caem”, como ficou bem claro nos realinhamentos ducais de 1152-1156 e mais ainda em 1180-1181.

Em um efeito de rede, tais provisões objetivavam transformar tanto os magistrados urbanos – até então responsáveis apenas perante suas cidades – quanto os príncipes feudais em oficiais imperiais. Finalmente, o direito de manter palácios e fortificações em qualquer lugar foi pensado para garantir o controle político: os representantes nomeados e guarnições imperiais utilizariam-nas como bases a partir das quais exerceriam as prerrogativas do monarca.

Mas no *Regalia Sunt*, a ênfase é esmagadoramente fiscal. Embora no *Tributum* tenha sido apresentado apenas em termos históricos – ao menos enquanto base programática – o direito do governante taxar indivíduos e propriedades fundiárias, Rahewin coloca ambas as formas de tributação como parte das prerrogativas que Frederico havia imposto em Roncaglia (FREISING;

RAHEWIN, 2004, p. 238). Ao listar tais direitos como “cunhagens, pedágios, forragem e impostos” e assim por diante, Rahewin estimou que o norte da Itália traria subsequentemente algo como trinta mil talentos de prata anuais ao tesouro de Frederico (FREISING; RAHEWIN, 2004, p. 238). Roncaglia tornou rico o Barbarossa.

Uma fonte inglesa recorda que os ganhos anuais do fisco imperial na Itália de oitenta e quatro mil libras de prata em 1164, então a soma total dos recursos anuais do rei germânico na Itália poderia ser estimada em aproximadamente cem mil libras. Porém isto só se dava quando o imperador estava presente na Itália, mas era o bastante para tornar o monarca germânico um dos governantes mais ricos do Ocidente. O rei francês Luís VII (1137-1180) a quem atribuem o gracejo de que “nós franceses só temos pão, vinho e alegria”, tinha um ganho anual de provavelmente 60 mil libras de prata; os feudos mais ricos estavam nas mãos do rei inglês, cujo ganho anual era estimado em 90 mil libras (FUHRMANN, 1995, p. 148).

Os procedimentos legais em Roncaglia foram feudais, germânicos, ao invés de romanos: a designação de uma comissão podia simplesmente representar o dever de qualquer monarca medieval em aceitar conselhos enquanto julgando assuntos legais (*consilium*). Mesmo o termo *regalia* recuava apenas ao século XI. E as *regalia* especificamente demandadas em Roncaglia podem ser retrçadas às prerrogativas costumeiras que reis anteriores do *regnum Italicum* haviam exercido; o precedente crucial para estas *regalia* pertenciam ao Direito Lombardo, a tradição predominante na Itália setentrional, ao invés do Direito Romano.

Durante a Idade Média, os programas de reforma tipicamente olhavam para trás, para modelos mais antigos, objetivando restaurar um ideal real ou mítico materializado em um período anterior. Embora o programa de Frederico em Roncaglia não fosse uma exceção, este ponto fica mais visível e explícito no *Tributum*, onde a Roma do século VI forneceu o modelo para os direitos soberanos que iriam aumentar radicalmente os recursos de seu governo. Mas ao buscar a recuperação das *regalia* perdidas, Barbarossa inspirou-se em dois modelos anteriores: as prerrogativas régias na Itália anteriores à Contenda das Investiduras e as prerrogativas imperiais previstas no Direito Romano.

O problema é que isso colocou o imperador em rota de colisão com as comunas lombardas, que haviam desenvolvido poderosas capacidades

militares juntamente com instituições políticas cívicas durante a primeira metade do século XII. Sua força militar baseava-se numa infantaria comunal bem organizada e disciplinada, cuja coesão derivava das instituições cívicas e dos laços de parentesco e comunidade. Estas forças providenciavam as tropas necessárias para as razias, contra-ataques, batalhas e assaltos contra posições fortificadas que compunham o caráter das guerras lombardas.

Embora cada cidade fosse independente, bem estabelecidos padrões de inimizades e alianças usualmente determinavam a direção dos conflitos. A ascensão de Milão foi o fator central no desenvolvimento político-militar da região e as cidades orientavam suas alianças a partir de sua posição em relação à comuna mais poderosa da Lombardia. Os principais aliados milaneses eram Piacenza, Bréscia, Crema e Tortona, sendo que estas eram tradicionalmente inimigas de oponentes de Milão: Lodi, Como, Cremona, Pávia e Bérgamo. Embora seja um exagero afirmar que cada cidade encontrava-se cercada por seus inimigos, a proximidade dos adversários e o relativamente fácil terreno da planície lombarda, resultaram em uma situação na qual a concentração de forças em uma área poderia deixar uma cidade ou seus arredores vulneráveis.

RELATO TÁTICO E ANÁLISE

Primeiro cerco a Milão (1158)

O anúncio do retorno de Frederico à Itália com a intenção declarada de subjugar Milão foi feito na Dieta de Fulda, a 08 de setembro de 1157 (CARDINI, 2000, p. 180). O exército chegou à Itália em julho de 1158 com uma força de aproximadamente quinze mil homens e devastou o *contado* de Bréscia que se rendeu aos imperiais, tendo sido pega de surpresa pela cavalgada dos germânicos e seus aliados, em uma ação perfeitamente aceitável segundo os cânones vegecianos.

Então, a ofensiva imperial rumou para Milão e, a 07 de agosto daquele mesmo ano, deu início a um bloqueio aos portões principais da cidade, realizado pelas poderosas forças germânicas e lombardas. Embora as forças milanesas e imperiais tenham travado diversas escaramuças fora da cidade em muitas ocasiões, nenhum dos lados logrou obter vantagens expressivas. A fortificação conhecida como “Arco Romano” serviu como um bastião avançado das defesas a sudeste de Milão e, assim, tornou-se o foco de muitos combates. Sapadores imperiais tentaram minar suas fundações sob a proteção de arqueiros

e cavaleiros alinhados para protegê-los de uma surtida inimiga. Temendo que sua estrutura fosse minada e demolida, a guarnição milanesa rendeu-se.

Os atacantes então bombardearam Milão com uma peça de artilharia montada sobre o “Arco Romano”. Os defensores responderam com o fogo de contra-bateria de duas catapultas semelhantes dentro da cidade. O engenho imperial foi incapaz de neutralizar as armas inimigas e de danificar substancialmente as fortificações milanesas (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 54-55). Pisa enviou reforços ao exército imperial na forma de arqueiros, besteiros, construtores e tendas, mas chegaram ao final do cerco e contribuíram pouco para as operações.

Embora não tenham ocorrido assaltos em grande escala e os milaneses não tenham comprometido suas forças em grandes engajamentos, existiram freqüentes escaramuças. As forças imperiais concentraram-se na devastação das áreas agrícolas milanesas e em manter o rigoroso bloqueio. Seu sucesso nestas operações, a falta de progresso na debilitação das fortificações milanesas, o calor do verão, assim como uma vontade em alcançar um compromisso político que liberasse o imperador, resultaram em uma trégua assentada a 07 de setembro de 1158 (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 53-58; FREISING; RAHEWIN, 2004, p. 209-224).

Neste momento bastava a Frederico assegurar uma certa paz na região para que assim pudesse estabelecer uma segunda Dieta em Roncaglia (já discutida anteriormente) e, a partir daí, congregar o máximo de forças de que fosse capaz para pôr em prática um audacioso plano estratégico para esta campanha: isolar Milão diplomática e militarmente para, enfim, esmagá-la.

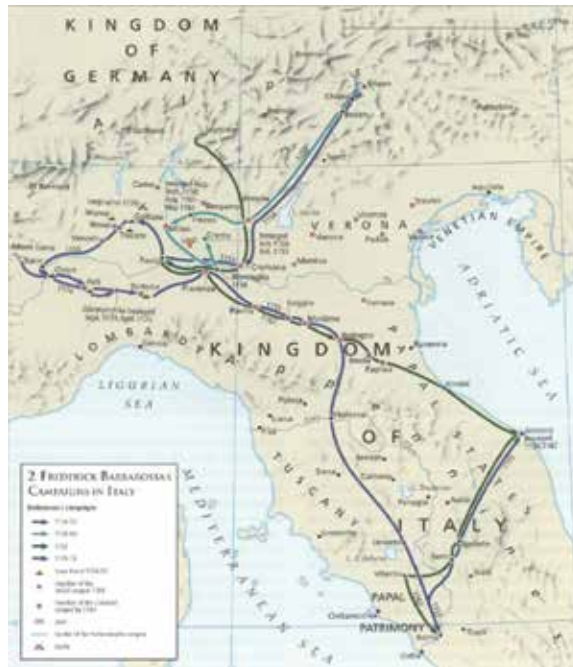
Tratava-se de uma operação em três estágios, visando a eliminação de Milão e do descontentamento comunal com a presença imperial na Lombardia. É provável que este plano tenha sido acertado entre os comandantes presentes à Dieta de Roncaglia (vinte e oito embaixadores das comunas leais ao Império, vassalos italianos como o marquês de Montferrat e uma grande quantidade de magnatas germânicos e boêmios).

Além dos resultados políticos da Dieta de Roncaglia já analisados, cabe destacarmos que foi emitida sentença de condenação contra Crema (um dos aliados mais fiéis dos milaneses), a pedido de Cremona, que apoiou seu pedido com “onze mil talentos de prata” (FREISING; RAHEWIN, 2004, p. 279-280), fato que teve grandes consequências para o prosseguimento da campanha.

Reações às decisões da Dieta de Roncaglia (1158-1159)

Após o fim da Dieta de Roncaglia, o exército ítalo-imperial foi dissolvido para seus aquartelamentos de inverno: Frederico I e o núcleo de suas forças (dependentes diretos) aquartelaram-se em Pávia, enquanto os contingentes germânicos retornaram às suas regiões, assim como os aliados lombardos. As comunas lombardas tiveram seu tempo para se adequar ou não às decisões de Roncaglia, que basicamente subordinavam a liberdade comunal e seus direitos de autogoverno à autoridade imperial.

Milão recusou-se a aceitar (e creio que a aceitação das comunas fiéis tenha nascido sob o signo da busca de proteção imperial contra Milão) e, com o apoio de Crema e Bréscia, retomou suas ofensivas contra Lodi e Como em 1159. Em abril os milaneses tomaram a fortaleza de Trezzo (FRANCE, 1999, p. 250), tendo aprisionado os guerreiros germânicos e executado os membros italianos da guarnição. Como o exército imperial havia se desfeito para a inverno, Frederico não pôde fazer muito contra a ofensiva milanesa.



As campanhas italianas de Frederico Barbarossa (HOOPER; BENNETT, 1996, p. 58)

Assédio imperial contra Crema (1159-1160)

No início de julho a hoste imperial estava forte o suficiente para organizar o cerco contra Crema, pequena, porém bem-defendida cidade à margem do rio Serio. Este assédio foi um dos maiores na região durante o período dos Hohenstaufen, envolvendo vários assaltos e considerável maquinário de cerco. Tratava-se de um ponto de considerável importância estratégica: Crema, aliada de Milão, situava-se entre Cremona e a refundada Lodi (aliadas do imperador) e sua conquista era crítica para a ofensiva de isolamento contra Milão. Embora as dificuldades encontradas na redução desta pequena cidade lombarda ilustrem a força das fortificações cívicas do século XII quando guarnecidas por defensores altamente motivados, o eventual sucesso de Barbarossa e seus aliados lombardos revelaria a medida de suas técnicas poliorcéticas assim como de sua determinação.

O cerco de Crema teve início a 02 de julho de 1159, quando forças cremonesas acamparam fora da cidade. Inimizades tradicionais assim como os interesses estratégicos imperiais estavam por trás da decisão de atacar Crema. Os aliados do Barbarossa incluíam Cremona e Bérgamo, assim como as recém reconstituídas Lodi e Como. Milão dependia do apoio de Bréscia, Piacenza e Crema.

Cremona e Crema eram inimigas de longa data e o recomeço do confronto regional ofereceu a Cremona a oportunidade de atacar decisivamente. Embora o cerco de Milão pelo Barbarossa em 1158 tenha levado a um armistício, a cidade ainda não havia sido derrotada. Ao renovar sua ofensiva, o imperador optou por uma estratégia indireta ao não atacar imediatamente Milão, escolhendo por eliminar um inimigo menor na região – uma estratégia legitimamente vegeciana e, segundo Delbrück (1990, p. 349-355), uma manobra tática relacionada à fraqueza numérica do exército imperial naquele momento. As ambições cremonesas e o desejo imperial de destruir um dos aliados de Milão, estrategicamente colocado, levaram a sete meses de árdua guerra de cerco.

As forças de Frederico I chegaram a 09 de julho e incluíam contingentes da Suábia, da Renânia e da Boêmia. Enquanto o imperador liderava os cavaleiros lodenses e paveses em reides contra o território milanês, as forças imperiais continuaram a concentrar-se em Crema. Os seguidores do Barbarossa instalaram seus acampamentos no lado leste da cidade, entre as muralhas e o Rio Serio. Os cremonenses acamparam nas direções sul e sudoeste. O meio-

irmão do imperador, o Conde Palatino da Renânia, Conrado de Hohenstaufen, seu primo, o duque da Suábia Frederico de Rothenburg e outros senhores germânicos estabeleceram seus contingentes próximos aos lados oeste e norte das muralhas. Tropas pavesas ocuparam a região noroeste. A 21 de julho o poderoso duque da Saxônia e Bavária, Henrique, o Leão chegou e estabeleceu sua considerável tropa frente ao portão norte da cidade, completando assim o bloqueio em torno de Crema. Quando mais reforços chegaram, incluindo um contingente bávaro-suábio liderado pelo conde Welf VI, Crema estava completamente isolada. Welf VI ocupou a posição anteriormente utilizada pelo imperador, que se moveu para as posições cremonesas no intuito de estar mais próximo da torre de assalto em construção por seus aliados italianos e para dirigir o seu uso (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 69-75).

Crema, situada em uma área pantanosa próxima ao rio Serio, estava protegida por um forte circuito duplo de muralhas (entremeadas por um fosso repleto com água), carregadas de torres com aproximadamente um quarto de milha (cerca de 463 metros) de circunferência. Quatro portões – o Serio (oriental), Rivolta (meridional), Umbriano (ocidental) e Planengo (setentrional) – permitiam a saída fácil para sortidas. Os defensores da cidade foram reforçados por quatrocentos milaneses (cavaleiros e arqueiros) e um número não especificado de homens vindos de Bréscia. Os habitantes de Crema estavam adequadamente supridos com provisões e água e estava claro que a captura da cidade dependia do sucesso dos atacantes em superar as defesas dos sitiados (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 74-75) ao invés do uso do bloqueio e das devastações associadas para submeter a cidade pela fome.

Embora a precisa cronologia das operações de cerco não tenha sido recordada, a seqüência dos eventos é clara. Em primeiro lugar os atacantes mantiveram um bloqueio severo (para evitar a chegada de reforços), enquanto as máquinas para apoiar um assalto estavam sendo preparadas. Barbarossa, os comandantes germânicos e os contingentes italianos construíram maquinário, incluindo um considerável número de peças de artilharia e de pequenos abrigos blindados. A artilharia foi dirigida contra as fortificações de Crema enquanto engenhos mais complexos estavam sendo construídos e então deram suporte aos ataques.

Algumas destas peças estavam situadas bem próximas às muralhas de Crema e ao menos em uma ocasião foram objeto de uma incursão dos

defensores. Porém, tropas germânicas, incluindo os contingentes dos Condes Palatinos do Reno e da Bavária (Conrado de Hohenstaufen e Otto de Wittelsbach), foram bem sucedidas em salvar estes dispositivos. Este episódio ilustra não apenas o emprego contínuo da artilharia, mas também a importância que as forças germânicas atribuíam à manutenção da segurança do maquinário postado próximo a defensores ativos.

Os cremonenses tomaram a liderança na produção de engenhos, construindo diversas peças de artilharia, incluindo três tetos blindados móveis particularmente grandes, e, acima de todos, uma torre de assalto notada por ter mais de 30 metros de altura (100 pés ou 70 *brachii*, sendo que um *bracchium* correspondia a vinte polegadas).

Esta torre móvel foi a base do primeiro grande assalto: o imperador moveu seu acampamento para o meio do pertencente aos cremonenses, opondo-se às defesas do sudoeste da cidade, com o intuito de dirigir o ataque. Existe uma descrição acurada desta torre na crônica de Vincent, capelão do Bispo Daniel de Praga:

A torre de carvalho consistia de seis andares, com arqueiros e besteiros localizados no topo (para apoio de fogo). O pavimento inferior foi elevado à altura das muralhas de Crema e continha um aparato de travessia. Cada estágio intermediário era menor que o inferior e continha combatentes e tripulantes. A torre foi inicialmente blindada com uma camada de couros crus encharcados com vinagre e couros curtidos em três lados (ROGERS, 1997, p. 138).

Vincent menciona que a torre possuía uma extensão horizontal na parte inferior da traseira, com o formato de uma carruagem. A torre movia-se sobre roletes com uma tripulação de quinhentos homens entre alemães e italianos. Otto Morena, um experiente observador da guerra de cercos, notou que o tamanho da torre e sua sofisticação eram maiores que a de qualquer outra já vista na Itália setentrional (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 73). Ele também relata a história do engenheiro que projetou esta máquina: este anônimo mestre teria vindo do Reino de Jerusalém ao Barbarossa durante os primeiros estágios do cerco, alegando ter tomado muitas fortificações aos sarracenos com seus engenhos e ofereceu-se para construir uma torre de assalto através da qual os atacantes poderiam colocar uma força de assalto sobre os muros. Seus serviços foram aceitos e os cremonenses ofereceram-

se para providenciar os fundos, matérias-primas e mão-de-obra para sua construção (ROGERS, 1997, p. 138-139).

Para apoiar o ataque da torre de assalto, Frederico ordenou a construção de um grande teto móvel blindado, um *testudo* (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 78). Estes engenhos precediam o avanço das torres de assalto com a tarefa de preencher trincheiras e nivelar o terreno, assim como proteger do fogo dos defensores os homens encarregados do posicionamento dos roletes de deslocamento da torre. Este abrigo também era importante para a proteção dos trabalhadores encarregados do preenchimento do fosso de Crema. Todavia a estes homens faltavam terra, madeira e outros materiais necessários ao cumprimento desta tarefa. Consequentemente Frederico pediu o auxílio dos lodenses. Estes doaram duzentos barris, que eram preenchidos com terra para ser esvaziada no fosso; eles também compraram dois mil carregamentos de terra e madeira para a mesma finalidade. Com tal assistência os trabalhadores conseguiram preencher o fosso e criar uma passagem plana e estável o suficiente para a passagem da torre de assalto (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 78).

Enquanto isso, os ataques de artilharia continuaram durante a construção destes engenhos e a terraplenagem para a torre e, entre setembro e outubro de 1159, foi sinalizado o início do grande assalto contra as defesas do sudoeste de Crema. A torre movia-se imediatamente atrás do *testudo* e sobre o fosso; o fogo defensivo das peças de artilharia montadas nas fortificações de Crema danificou pesadamente a torre. Para dissuadir os defensores da continuação do bombardeio, Frederico ordenou que prisioneiros milaneses e cremascanos fossem suspensos do lado de fora da torre. Infelizmente para o imperador e para os prisioneiros, os defensores continuaram a bombardear a torre e o Barbarossa foi compelido a retirar a torre do combate (FREISING; RAHEWIN, 2004, p. 289-291; OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 79-81). Esta torre passou por uma remodelação de sua blindagem tendo sido acrescentadas mais uma camada de couros além de sacos de lã (para amortecer os impactos das pedras) antes que pudesse ser novamente utilizada (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 84). Fica claro que a artilharia sitiante falhou na tarefa primordial de suprimir a artilharia inimiga.

Durante este período, um ariete operando sob a cobertura de um teto blindado conseguiu abrir um rombo com nove metros de largura na muralha

externa de Crema (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 84). Os defensores responderam a isto com a construção de um contra-muro de terra e madeira com uma plataforma de madeira para combate no topo. Isto não apenas bloqueou a passagem aberta pelos imperiais como possibilitou que os homens continuassem lutando nesta seção de suas fortificações.

Os defensores não ficaram passivos e realizaram diversas surtidas contra o *testudo* e cavaram túneis de dentro da cidade para minar o caminho dos engenhos inimigos, inclusive com o uso subterrâneo de compostos incendiários. Aliás, usaram substâncias incendiárias despejadas sobre os tetos dos engenhos, através de uma espécie de sifão móvel operado da plataforma de combate, mas os esforços dos combatentes no *testudo* e o emprego de arqueiros e besteiros no topo da torre de assalto conseguiram frustrar os esforços dos defensores em incendiar as máquinas de assédio.

É interessante notar que os compostos incendiários usados pelos sitiados incluíam óleo, enxofre e piche; não existem referências ao emprego do fogo grego ou qualquer outra substância baseada no uso da nafta (ROGERS, 1997, p. 140), comumente empregada em outras regiões ocidentais, como a França, por exemplo (BRADBURY, 1994, p. 278).

Nenhum dos lados obteve vantagem decisiva até 06 de janeiro de 1160. A despeito da posição de tiro dominante dos arqueiros e besteiros na torre e do pesado número de baixas que faziam entre os defensores, os atacantes não conseguiram obter o controle suficiente dos muros para tentarem a escalada dos mesmos. De acordo com Otto Morena, a balança moveu-se quando o principal engenheiro militar de Crema mudou de lado.

Os aspectos técnicos das defesas de Crema eram dirigidos pelo engenheiro chefe da cidade, um homem chamado Marchesius, que ficou insatisfeito com seus empregadores e aliados milaneses durante o desenrolar do cerco. Uma noite, em janeiro de 1160, ele conseguiu esgueirar-se pelas muralhas da cidade esperando entrar para o serviço do imperador, que imediatamente o recompensou com um cavalo e doze libras de prata (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 87-88). Marchesius evidentemente conhecia todas as defesas da cidade, aconselhou o imperador a respeito da disposição das tropas e também sobre a construção de um mecanismo de ponte elevada com a intenção de aumentar o efetivo da força de assalto no alto da muralha.

Com a aprovação de seu plano, Marchesius construiu sua máquina, provavelmente com artesãos cremonenses, mas não fica claro quem a financiou. Este engenho foi projetado para colocar tropas em uma seção particularmente vantajosa dos muros em conjunto com um ataque vindo da ponte da torre de assalto. Uma vez que os arqueiros e besteiros da torre já possuíam o domínio sobre os muros externos, não foi necessário construir uma plataforma de fogo sobre a máquina de Marchesius. Esta máquina (com 45 metros de altura) capacitava que uma ponte de aproximadamente vinte metros de extensão por três de largura pudesse ser lentamente estendida para os muros. A ponte era coberta com a mesma armadura de couros crus (que dificilmente se incendiavam) e couros curtidos (obviamente duros) utilizada na torre, com a finalidade de proteger o pessoal que a utilizasse. Aproximadamente dez metros desta ponte blindada podiam ser projetados à frente (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 87-88). É presumível que este dispositivo tivesse uma armação vertical blindada e um aparato mecânico para extensão e balanceamento da ponte. As fontes não deixam claro se a ponte foi posicionada em uma inclinação diagonal à muralha ou se foi posicionada horizontalmente a partir de uma plataforma da mesma altura dos muros.

Foi decidido que a torre de assalto seria deslocada para o ponto onde estava o *testudo* e que a ponte móvel seria colocada na posição anterior da torre. Para poupar tempo e trabalho, o *testudo* foi queimado pelas tropas imperiais, seus destroços removidos e a torre reposicionada, assim como a ponte móvel. Estes preparativos completaram-se a 21 de janeiro, estando assim as tropas imperiais prontas para um novo assalto aos muros (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 88-89). O Conde Palatino do Reno e seus cavaleiros formaram o esquadrão de assalto na torre, enquanto outros líderes germânicos e lombardos lançaram suas tropas através da máquina de Marchesius.

Embora este ataque tenha sido bem sucedido na captura dos muros exteriores, os cremascanos organizaram uma defesa encarniçada, baseada em sua muralha interior e tropas estacionadas em sua base (recebendo fogo de cobertura do alto, sempre uma posição vantajosa). Esta resistência impediu que os imperiais tivessem o sucesso esperado e inclusive uma seção da ponte da torre foi destruída pela ação de uma peça de artilharia cremascana. Os defensores fizeram uma contra-ofensiva e o assalto terminou em confusão.

A despeito deste revés, os engenhos de ataque mantiveram suas posições, enquanto os defensores sofreram pesadas baixas, especialmente a partir dos arqueiros e besteiros postados no alto da torre. Os combates continuaram após o abandono do assalto principal e o fardo da luta e vigilância contínuas, somado ao medo de represálias caso a cidade caísse frente a um assalto geral, levaram os defensores a pedir ao monarca por termos de rendição semelhantes aos oferecidos a Tortona em 1155, o que foi concedido a 26 de janeiro (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 92-94; FREISING; RAHEWIN, 2004, p. 316-318).

Os cremascanos renderam-se ao Barbarossa a 27 de janeiro e os assaltantes passaram os cinco dias seguintes demolindo as fortificações de Crema. A 31 de janeiro todas as máquinas de assalto foram queimadas (seu desmonte e posterior transporte não eram práticos). Elas haviam custado mais de dois mil marcos de prata, além de tempo e trabalho (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 95-96).

Com a rendição de Crema, Frederico retirou-se para Pávia e muitos dos contingentes alemães retornaram e poucos foram os reforços germânicos ou boêmios recebidos pelo imperador durante o restante do ano de 1160, período empregado por Frederico essencialmente para conter, com forças lombardas, os ataques milaneses contra Como e Lodi (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 104-128). É possível que Frederico não tenha se lançado ao ataque direto contra Milão em 1160 devido ao desgaste imposto a suas forças pelo árduo cerco de Crema, um adversário muito menos formidável. Mas não devemos subestimar a importância política da captura de Crema: a suserania de Frederico sobre a Lombardia dependia da redução de Milão e seus aliados. De fato, o apoio recebido por Frederico dependia do curso tomado em Roncaglia, ou seja, do compromisso assumido pelo imperador contra Milão e da percepção dos aliados imperiais a respeito do poder e determinação do monarca.

E este é o contexto relativo à tomada de Crema: o imperador estava disposto a despender recursos em uma operação de cerco difícil, conduzida durante verão e inverno contra uma bem fortificada e determinada cidade aliada dos milaneses, como uma demonstração de sua resolução de manter o compromisso que alicerçava a liga contra o inimigo comum, Milão. Além disso, os inimigos lombardos de Crema obtiveram uma grande vitória, como nossas fontes apontam, a respeito da animosidade de Cremona devotada a Crema durante todo o cerco. Finalmente, a captura de Crema e a evacuação

de sua população para Milão foram fatores importantes para o lançamento da grande ofensiva contra esta cidade. Em 1161 o imperador recebeu reforços substanciais da Germânia; estas forças e os aliados lombardos tiveram liberdade de movimento e vantagem de posicionamento para manter a campanha decisiva contra Milão.

Ações milanesas (1160-1161)

Durante o ano de 1160 as ofensivas de Lodi concentraram-se na neutralização de posições a partir das quais Milão e seus aliados pudessem atacar seu território. Em maio Barbarossa liderou contingentes lodenses e cremonenses contra a cidade de Pontirolo, cuja defesa estava centrada em torno de uma igreja fortificada. Com o suporte de uma peça de artilharia lodense, as forças imperiais capturaram a posição e então se moveram contra outras fortificações na margem sul do rio Adda.

Enquanto isso, forças milanesas foram avistadas na margem oposta, mas não interferiram com as operações imperiais. Entretanto, esse contingente milanês foi bem sucedido na tarefa de atrair contingentes imperiais mais impetuosos que tentaram desastrosamente atravessar o Adda, sendo que diversos cavaleiros afogaram-se na inútil tentativa de dar combate aos milaneses. No entanto, as defesas lodenses permaneceram seguras (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 105-106).

Conforme já estabelecido, após a custosa vitória sobre Crema, o exército imperial foi praticamente desfeito, contando apenas com as tropas pessoais de Frederico e contingentes lombardos, sendo que o imperador recebeu poucos reforços da Germânia no restante do ano de 1160; em maio, após o degelo dos passos alpinos, chegaram alguns reforços germânicos. Podemos avaliar sua pequena quantidade pelo fato de que o imperador se negou a dar batalha ao exército milanês posicionado para o combate em Quinto Romano, em 02 de junho. Nestas condições desfavoráveis deve ter havido um consenso no exército imperial de não se travar batalha.

Encorajados por este fato, os milaneses renovaram seus ataques quase conseguindo conquistar Lodi de surpresa, tendo sido contidos no último momento por tropas cremonesas (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 111-118). Então os milaneses lançaram em julho uma expedição para a tomada do castelo de Carcano.

Batalha de Carcano (1160)

Em fins de julho de 1160 Milão enviou uma expedição composta pela infantaria de quatro dos seus seis distritos (2/3 do efetivo total da cidade), apoiada por contingentes de cavalaria milanesa e aliada (bresciana e piacentina) contra a fortaleza imperial de Carcano, situada a cerca de dez quilômetros de Como, na estrada que ligava Milão a Bérgamo e Bréscia – um dos principais acessos da planície lombarda a diversos passos alpinos –, numa ameaça direta às linhas de comunicação imperiais com a Germânia, podendo isolar o imperador de sua base de poder, forçando-o a se retirar.

Milão estava em ascensão no verão de 1160, enquanto Frederico estava em Pávia dispondo de poucas tropas. Era o momento exato para tomar a iniciativa e atacar os imperiais: o exército milanês avançou contra a vila de Erba (dominada por Como) e a ocupou, assim como as de Corneno, Cesana e Paravicino, próximas a Carcano. Forças locais de Orsenigo e de Erba reforçaram o contingente milanês e este exército deve ter contado com 500 ou 600 cavaleiros e um total de 5000 a 6000 infantes (FRANCE, 1999, p. 252-253).

Frederico reconheceu a ameaça desta grande força milanesa e conseguiu, após muito esforço, organizar um exército com aproximadamente 200 cavaleiros germânicos (entre eles o duque Berthold de Zähringen) e mais ou menos o mesmo número de cavaleiros aliados (Como, Novara, Vercelli e Pávia). Além disso, vieram 1200 infantes das comunas aliadas e de convocações feudais das áreas de Seprio e Martesana, comandadas por Guido de Biandrate e Guilherme de Montferrat (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 118-119); o total da infantaria imperial deve ter alcançado entre 2500 a 3000 homens (FRANCE, 1999, p. 253).

A 06 de agosto Frederico chegou a Vighizzolo, treze quilômetros a sudeste de Carcano, vindo de Pávia, via Lodi. Este local provavelmente deve ter sido combinado com antecedência, já que era um ponto de convergência conveniente para as forças de Novara, Vercelli e Como que, segundo Otto Morena (1928, p. 118-119) lá estavam presentes com Frederico, seus germânicos e alguns paveses. Este arranjo prévio pode explicar como Frederico foi capaz de intervir tão rapidamente no campo de batalha, desconcertando seus inimigos.

Frederico estabeleceu seu acampamento a pouca distância de Tassera, tendo barricado a estrada com troncos, cortando assim a rota de comunicações dos milaneses, já que a estrada levava no lado livre direto para Como, a apenas onze quilômetros de distância. Porém, se estrategicamente a posição de

Frederico era favorável, taticamente não o era, já que a topografia do terreno se assemelhava a uma bacia (FRANCE, 1999, p. 254-255) e os movimentos de seu exército eram visíveis para o inimigo.

Mas a chegada do imperador fez com que os milaneses suspendessem o sítio e se concentrassem na área entre Carcano e Tassera. Sua situação era difícil, já que neste momento viram-se cercados e em dificuldades de manter-se já que seus abastecimentos não mais chegavam de Milão (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 121). O *Carmen de gestis* afirma que a fonte de inspiração dos milaneses para lutar contra os imperiais veio de seu comandante, o arcebispo Huberto de Milão (CARSON, 1994, p. 116-117), que ordenou a construção de um *carroccio* na noite de 8 de agosto.

O início do combate se deu com um avanço da infantaria milanesa que havia começado a pilhar o acampamento imperial e foi repellido com grandes baixas pela cavalaria germânica liderada pelo imperador, que, por sua vez, avançou e conquistou o *carroccio* (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 119-120). A cavalaria bresciana e milanesa atacou a infantaria aliada do imperador e a desbaratou, além de fustigar os cavaleiros de Como e Novara. Ao que tudo indica, a batalha foi composta, na realidade, por dois recontros aproximadamente simultâneos em locais ligeiramente diferentes: ao mesmo tempo em que o imperador havia vencido a infantaria milanesa em Tassera, seus aliados haviam sido derrotados pela cavalaria de Milão e Bréscia em Orsenigo.

De acordo com Otto Morena (1928, p. 123) houve, durante a batalha, uma forte tempestade que cobriu a retirada dos dois exércitos: os milaneses e brescianos para seu acampamento e o imperador, ao constatar quão poucos haviam lhe restado, decidiu abandonar seu trem de bagagem à pilhagem do inimigo, retirando-se para Como.

A vitória, no sentido tradicional, pertenceu aos milaneses, já que permaneceram no campo de batalha. Porém foi uma vitória amarga, já que sofreram a maior parte das baixas: a luta em Tassera foi bem um massacre (a infantaria fugindo da cavalaria sempre fica em desvantagem), enquanto que o combate em Orsenigo não trouxe muitas baixas aos imperiais que rapidamente se dispersaram; para ampliar o amargor, no dia 17 de agosto os milaneses tiveram que abandonar o assédio a Carcano após uma surtida da guarnição ter queimado seu equipamento de assalto (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p.

124). Portanto, de acordo com os clássicos padrões vegecianos, Milão obteve uma vitória custosa que lhe trouxe pouca ou nenhuma vantagem.

Por outro lado, o risco assumido por Frederico só pode ser explicado (em termos vegecianos) como tentativa de aproveitar uma oportunidade, que era a vantagem tática de sua cavalaria pesada germânica, melhor treinada e melhor equipada. Esta tropa de elite foi efetiva, já que conseguiu desbaratar a infantaria milanesa e tomar o *carroccio*. Mas a cavalaria aliada não conseguiu vencer a cavalaria dos milaneses, fato que trouxe a derrota ao monarca. De qualquer maneira, os objetivos do imperador foram alcançados: o assédio a Carcano foi abandonado e eliminada a ameaça às suas linhas de comunicação.

Entre agosto de 1160 e maio de 1161 a iniciativa permaneceu em grande parte com os milaneses, que realizaram diversas surtidas contra as comunas imperiais, mas em última instância foram todas contidas, principalmente com os contra-ataques organizados a partir de Lodi.

Em agosto de 1160, após sua derrota em Carcano, Frederico contra-atacou, visando destruir os pontões (pontes de assalto, normalmente estruturas feitas de corda e pranchas sobre barris, ou botes) piacenzanos sobre o Pó com forças cremonesas, pavesas e lodenses, apoiadas por dois engenhos atiradores de pedras, possivelmente *trebuchets*, de Lodi. A rápida disposição de artilharia, após um engajamento recém-iniciado, compeliu os piacenzanos a abandonar sua ponte, a qual destruíram, enquanto salvavam os botes sobre a qual havia sido posicionada. Os piacenzanos logo construíram outra ponte, que o imperador e seus aliados tentaram destruir em outubro. Embora botes paveses tenham apoiado o ataque, os piacenzanos mais uma vez foram capazes de romper sua ponte preservando seus botes (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 125-127). Estes engajamentos de pequena escala partiram do preceito vegeciano de fustigamento da força inimiga por grupos móveis para desgastá-la e dissuadi-la de agir, sendo importantes para ambas as facções em disputa: aos imperiais, ajudava manter o moral e a manter a segurança de Lodi; aos milaneses, servia para fustigar as forças imperiais e para manter elevado o moral de seus próprios aliados.

Campanha de devastação do Contado milanês (1161-1162)

Em 29 de maio de 1161, uma poderosa força imperial recrutada na Germânia, Boêmia e Lombardia fez de Milão seu ponto de convergência para a segunda ofensiva contra esta cidade. Tendo aprendido com o longo assédio

de Crema, Frederico optou por conduzir um bloqueio combinado a uma tática de terra arrasada contra o *contado* (o cinturão agrícola) milanês para que a cidade fosse submetida pela fome e as tropas imperiais fossem poupadas para poder conduzir assaltos e razias contra as comunas aliadas a Milão e impedi-las de resgatar a cidade assediada. Como na primeira ofensiva, as tropas imperiais acamparam em torno de Milão, destruindo colheitas e árvores até as defesas principais da cidade. Em vez de atacar as fortificações milanesas ou espalhar suas tropas em um frágil bloqueio à cidade, os homens de Barbarossa devastaram os recursos agrícolas de Milão. Em meados de junho o círculo de destruição havia alcançado a incrível distância de 28 quilômetros (15 milhas) em volta da cidade (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 135-138).

Ao final daquele mês muitos contingentes dos aliados lombardos retornaram às suas comunas (tratando-se do início das colheitas), mas a maior parte dos germânicos manteve-se presente ao sul e sudoeste de Milão, próximos a Lodi e Pávia. As atividades militares foram concentradas na contínua devastação e na eliminação de posições milanesas periféricas. A área imediatamente à volta de Milão foi novamente arrasada em agosto e, embora os milaneses tenham saído em força para oferecer combate aos imperiais, eles foram incapazes de prevenir a destruição da maior parte das colheitas da estação (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 141-146).

Durante o outono de 1161 três posições imperiais próximas a Bréscia e Piacenza foram fortificadas e guarnecidas nas linhas de comunicação milanesas (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 146-148). Estas fortificações e suas grandes guarnições mantiveram Milão isolada de seus aliados remanescentes e de suas fontes de suprimento, sendo bases avançadas essenciais ao bloqueio mantido por Frederico e suas tropas durante o inverno de 1161-1162.

O monarca estabeleceu seu quartel de inverno em Lodi, escolhendo esta cidade em vez da tradicional Pávia porque sua localização facilitava a comunicação com as tropas imperiais em operação contra Bréscia e com aquelas encarregadas de isolar Milão de Piacenza. Homens de Lodi, Cremona e Pávia também monitoravam o território à volta de suas cidades e fortificações dependentes para prevenir que suprimentos alcançassem Milão. Forças imperiais patrulhavam diligentemente e puniam aqueles que fossem apanhados rompendo o bloqueio. A penalidade para aqueles que fossem apanhados contrabandeando para uma cidade proscrita era a amputação da mão direita.

Embora alguns suprimentos tenham alcançado a cidade, eram poucos e caros, sendo assim incapazes de alimentar toda a população sitiada. Além disso, era evidente que o Barbarossa possuía tanto a força militar quanto a vontade de repetir o que havia sido feito contra a agricultura milanesa em 1161.

Como no ano anterior, Barbarossa despendeu a maior parte do inverno combatendo uma cidade-estado lombarda. Todavia, o imperador não empregou maquinário de assalto contra fortificações e nem coordenou batalhas de contato. Milão foi debilitada por um bloqueio de longa distância, conduzido por forças situadas em fortificações recém-construídas e nas comunas lombardas aliadas ao imperador em um *tour de force* da aplicação do cerne logístico da estratégia vegéciana: “é prova de notável sagacidade forçar o inimigo antes pela fome do que pelas armas” (VEGÉCIO, 1995, III, p. 122).

A destruição de Milão (1162)

Este sítio durou até o início de março de 1162; negociações começaram em fins de fevereiro e Milão rendeu-se formalmente a quatro de março de 1162 (OTTO MORENA; ACERBUS, 1928, p. 148-153), entregando seus cônsules e 400 cavaleiros como reféns. As fortificações e os edifícios da cidade foram destruídos, a identidade legal da comuna foi abolida e os ex-cidadãos de Milão foram dispersos por quatro assentamentos. Apenas as grandes igrejas permaneceram em pé, mas foram despojadas de seus tesouros e relíquias, como as dos Três Reis Magos, trasladadas para Colônia, onde chegaram em 1164.

Este foi o ponto culminante das campanhas militares de Frederico Barbarossa na Lombardia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vegécio foi contemporâneo de Santo Agostinho de Hipona e este, em sua obra *De moribus ecclesiae catholicae et de moribus manicheorum* (“Sobre a moral da Igreja Católica e a moral dos maniqueus”), no capítulo 15, estabeleceu a definição cristã para as virtudes cardeais (de origem platônica, mas melhor conhecidas em sua fase pagã durante o período medieval pela interpretação que lhes foi dada por Cícero no *De Officiis*): temperança (o amor que se mantém íntegro e impoluto), fortitude (o amor que tudo sacrifica), justiça (o amor que serve ao que é amado e, portanto, governa corretamente) e prudência (o amor que distingue com sagacidade entre o que nos ajuda e o que nos obsta).

Em *A República*, Platão define que a prudência é a virtude dos governantes e associada à razão.

Vegécio concorda com esta valorização da prudência como virtude para o comandante militar. É a faculdade de julgamento que define seu rumo de ação na condução de seus assuntos como governante, assim como o general precisa ser prudente no emprego de suas forças, sobretudo quando e como comprometer-se ou não com batalhas campais, assédios, razias e escaramuças.

Assim, a união entre ambos foi inevitável e o *De Re Militari* alcançou poderosa influência na formação dos líderes militares europeus medievais, como aludimos inicialmente ao discutirmos a enorme difusão temporal e espacial da obra na Idade Média.

Esta contextualização cultural que agrega peso à *auctoritas* de Vegécio na visão medieval é essencial para o entendimento de sua absorção durante o período mas, estranhamente, pouco considerada (se tanto) pelos autores contemporâneos que se debruçaram sobre o relacionamento entre o Paradigma Estratégico Vegeciano e as condições da guerra medieval. Ou seja, fica faltando justamente a mediação pela qual um teórico militar romano tardio se teria tornado tão influente no milênio que lhe sucedeu.

Outra crítica que se pode fazer em relação aos proponentes do paradigma é a sua falta de abrangência geográfica na maioria dos estudos. Bachrach, Gillingham, Morillo e C. Rogers aplicaram o modelo em seus estudos sobre o espaço anglo-francês entre os séculos XI e XV. France analisou inicialmente a Primeira Cruzada (1994) e posteriormente, assim como R. Rogers, Bradbury e Keen, compôs lampejos acerca de outras regiões, mas estas histórias pormenorizadas ainda estão por ser escritas. Devido a isso escolhemos analisar uma campanha ítalo-germânica, concentrada no vale do Pó, a região mais densamente ocupada em termos urbanos no século XII (diferentemente das regiões anglo-francesas, com muito mais espaço para manobras), além de ser a região mais desenvolvida em termos econômicos do período.

Podemos concluir a este respeito que o paradigma é perfeitamente aplicável neste contexto. Aliás, até com mais propriedade do que nos casos selecionados pelos autores mencionados: a Lombardia é um cenário mais do que adequado para ações de cunho vegeciano, baseadas nas questões logísticas de abastecimento e movimentação em um ambiente densamente fortificado, fazendo com que as batalhas, escaramuças, bloqueios e razias estivessem

perfeitamente conectadas às ações destinadas ao assédio de fortificações. Os grandes objetivos a serem alcançados eram a movimentação das forças para destruir/consumir os suprimentos do inimigo e para negar-lhe a movimentação e forçar suas praças fortes à rendição, seja pela fome, seja pelo assalto. Levando estes fatos em consideração, indubitavelmente a campanha de Frederico I contra Milão entre 1158 e 1162 assumiu um caráter de prática do Paradigma Estratégico Vegeciano.

De forma intencional? Provavelmente não, mas inconscientemente sim, já que seus preceitos há muito já haviam sido incorporados à matriz conceitual do que se ensinava aos aristocratas acerca de como deveriam conduzir seus assuntos.

É interessante constatar que Frederico I realizou nada menos do que seis grandes campanhas na Itália entre 1154 e 1183 e que destas, em termos táticos, apenas a primeira, a segunda e a sexta poderiam ser descritas como bem sucedidas (1158-1162 e 1183, mas esta última foi essencialmente uma ação limitada à Toscana, ou seja, fora do contexto lombardo) ou medianamente sucedidas (1154-1155). A de 1163 foi abortada, literalmente, no meio do caminho. A de 1167 foi brilhantemente conduzida, levando mesmo à conquista e ocupação de Roma, mas destruída por epidemias de malária e desintéria. Finalmente, a de 1174-1176 foi caracterizada por sua maior derrota em batalha: Legnano.

Contudo, apesar dos desgastantes fracassos, Frederico foi capaz de atingir seus objetivos estratégicos, a dizer: recuperou os ganhos relativos às *regalia* nas comunas, conseguiu que estas aceitassem a legitimidade de sua autoridade (e estabeleceram acordos para que isso não limitasse na prática a sua autonomia na Paz de Constança), conseguiu conter as ameaças advindas do papado (tanto com a Paz de Veneza quanto com a aquisição do domínio sobre a Toscana, que lhe pôs em condições vantajosas para lidar com a Cúria) e do reino siciliano (Paz de Veneza, 1177), neutralizando também as ameaças bizantinas.

Sua tenacidade, aliada ao alto grau de adaptabilidade às circunstâncias na aplicação de seus planos e estratégias político-militares, demonstrou a seus múltiplos inimigos que a melhor alternativa para a paz estava na negociação.

FREDERICK I BARBAROSSA AGAINST MILAN (1158-1162): A VEGETIAN CAMPAIGN?

ABSTRACT

From the 1980's came a new way to analyze warfare in the medieval period, the Vegetian Strategic Paradigm (VSP), centered on the importance of logistics and fortifications. On the other hand, studies in this area are focused on the realities of the Anglo-French wars. Thus, our article aims to evaluate the usefulness of the VSP in the analysis of a campaign in the Italian-German context of Frederick I Barbarossa.

KEYWORDS: *Frederick I Barbarossa. Holy Roman Empire. Lombardy. Medieval Warfare. Vegetian Strategic Paradigm.*

REFERÊNCIAS

BACHRACH, B. S. The Angevin Strategy of Castle Building in the Reign of Fulk Nerra, 987-1040. **American Historical Review**, v. 88, p. 533-560, 1983.

_____. **Fulk Nerra, the Neo-Roman Consul 987-1040: A Political Biography of the Angevin Count**. Berkeley: University of California Press, 1993.

BRADBURY, J. **The Medieval Siege**. Woodbridge: Boydell, 1994.

CARDINI, F. **Il Barbarossa: Vita, trionfi e illusioni di Federico I Imperatore**. Milano: Oscar Mondadori, 2000.

CARSON, T. (Trad.). **Barbarossa in Italy (Carmen de Gestis Friderici I Imperatoris in Lombardia)**. Nova Iorque: Italica Press, 1994.

CONTAMINE, P. **War in the Middle Ages**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

DELBRÜCK, H. **Medieval Warfare**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1990.

FRANCE, J. The Battle of Carcano: The event and its importance. **War in History**, 6 (3), p. 245-261, 1999.

_____. **Victory in the East: A Military History of the First Crusade**. Cambridge: CUP, 1994.

_____. **Western Warfare in the Age of the Crusades 1000-1300.** Ithaca: Cornell University Press, 1999.

FREISING, O. de; RAHEWIN. **The Deeds of Frederick Barbarossa.** Trad. C. C. Mierow. Nova Iorque: Columbia University Press, 2004.

FUHRMANN, H. **Germany in the High Middle Ages c. 1050-1200.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GILLINGHAM, J. Richard I and the Science of Warfare. In: PRESTWICH, J. O.; GILLINGHAM, J.; HOLT, J. C. (Ed.). **War and Government in the Middle Ages: Essays in Honour of J. O. Prestwich.** Cambridge: Boydell Press, 1984. p. 194-207.

_____. William the Bastard at War. In: HARPER-BILL, C.; HOULDSWORTH, C.; NELSON, J. L. (Ed.). **Studies in Medieval History Presented to R. Allen Brown.** Woodbridge: Boydell Press, 1989. p. 141-158.

HOOPER, N.; BENNETT, Matthew. **The Cambridge Illustrated Atlas of Warfare: The Middle Ages (768-1487).** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KEEN, M. H. (Ed.). **Medieval Warfare – A History.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

MORILLO, S. Battle Seeking: The Contexts and Limits of Vegetian Strategy. **The Journal of Medieval Military History**, v. 1, p. 21-42, 2002.

_____. **Warfare under the Anglo-Norman Kings 1066-1135.** Woodbridge: Boydell Press, 1997.

NICOLLE, D. **Medieval Siege Weapons (1): Western Europe AD 585-1385.** Londres: Osprey, 2002.

OMAN, [Sir] C. W. C. **A History of the Art of War in Middle Ages: 378-1485.** 2 v. London: Greenhill, 1999.

OTTO MORENA; ACERBUS. **Otonis Morenae et continuatorum, Historia Frederici I, MGH.** Berlim, 1928. [Scriptores rerum Germanicarum, v. 5]

ROGERS, C. J. The Vegetian “Science of Warfare” in the Middle Ages. **The Journal of Medieval Military History**, v. 1, p. 01-19, 2002.

_____. **War Cruel and Sharp: English Strategy under Edward III, 1327-1360.** Woodbridge: Boydell Press, 2000.

ROGERS, R. **Latin Siege Warfare in the Twelfth Century.** Oxford: Oxford University Press, 1997.

SMAIL, R. C. **Crusading Warfare: 1097-1193.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

VEGÍCIO, F. R.. **A Arte Militar (De Re Militari).** São Paulo: Paumape, 1995.

VERBRUGGEN, J. F. **The Art of Warfare in Western Europe During the Middle Ages.** Woodbridge: Boydell, 1998.